

Central Eólica Boqueirão I S.A.									
CNPJ 31.252.889/0001-28									
Senhores Acionistas: Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apresentação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, nos colocando à disposição para esclarecimentos adicionais. A Administração									
Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)									
Nota 31/12/2021 31/12/2020									
ATIVO									
Circulante									
Caixa e equivalente de caixa	7	506	259						
Impostos a compensar	8	778							
Adiantamento a fornecedores	10	49	1						
Outros créditos	11	227	227						
Não circulante									
Partes relacionadas	9	9	2						
Imobilizado	12	116.433	16.383						
Total do ativo		118.002	16.872						
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
Passivo									
Circulante									
Fornecedores	13	9.217	5.696						
Impostos a pagar	8	82	1						
	9.300	5.697							
Não circulante									
Partes relacionadas	9	8.600	11.213						
	8.600	11.213							
Total do passivo		17.899	16.910						
Patrimônio Líquido									
Capital social	14	100.214	1						
Prejuízos acumulados	14	(111)	(38)						
Total do patrimônio líquido		100.103	(38)						
Total do passivo e patrimônio líquido		118.002	16.872						
Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)									
1. Contexto operacional									
Paulo. Autorização do Parque Eólico Boqueirão I: Em 24 de dezembro de 2019 a Central Eólica Boqueirão I S.A. ("Companhia" ou "Boqueirão I"), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em agosto de 2018, tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial da Central Eólica Boqueirão I, a comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essa atividade. A Companhia tem sede e foro na Avenida Faria Lima, nº 3729, 9º andar, sala 28, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, nº 3729, 9º andar, sala 28, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo.									
2. Capital circulante líquido negativo: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo, devido ao fato de o parque eólico estar em fase de construção. O equacionamento do capital de giro no exercício de 2021 será alcançado da seguinte forma (i) aporte de capital da sua controladora, (ii) a Companhia em 16 de dezembro de 2021 assinou contrato de financiamento junto a SUDENE (FDNE) no montante de R\$113.681 a ser liberado durante o período de construção, (iii) a Companhia assinou contrato de venda de energia em junho de 2019 por 20 anos de fornecimento, garantindo assim uma geração de caixa quando da entrada em operação da empresa que tem como expectativa o 1º semestre de 2023.									
COVID-19 - Coronavírus -Impactos para a Companhia: Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) se pronunciou afirmando que a (COVID-19) é uma pandemia. Devido a situação governos e o setor privado tomaram decisões significativas que somada ao impacto da pandemia, geraram incertezas para os agentes econômicos e podem gerar impacto nas demonstrações financeiras. No Brasil os governos federal, estadual e municipal publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, como instalação do estado de calamidade, restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde. A Administração tem avaliado de forma constante o impacto da pandemia nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. A Companhia implementou uma série de medidas de precaução para que seus empregados não se exponham a situações de risco, tais como: instalação de comitê executivo específico para acompanhar as questões relativas ao COVID-19, restrição de viagens nacionais e internacionais e suspensão de visitas técnicas, utilização de meios de comunicação remota, home office para determinado grupo de empregados, intensificou a higienização das áreas comuns do escritório, etc. A Companhia adotou medidas adicionais para reduzir a exposição dos seus empregados aos riscos de contaminação, garantindo a continuidade da prestação dos seus serviços, essenciais à sociedade. A Companhia não sofreu impacto significativo financeiro e econômico ao longo do exercício de 2021. Para 2022 o efeito financeiro e econômico, dependerá do desfecho da crise e os seus impactos macroeconómicos, especialmente no que tange à retomada na atividade econômica, bem como da extensão do isolamento social. A EDP Renováveis S.A. sendo o principal acionista da Companhia, tem vindo a reforçar a sua posição financeira, com aporte de capital, tornando-a mais bem preparada para absorver os potenciais impactos que podem advir desta pandemia. A Companhia como parte integrante das comunidades locais, está empenhada em apoiar a sua recuperação e desenvolvimento. A Companhia tem desenvolvido iniciativas em todas as localidades onde está presente para ajudar as comunidades locais no combate à pandemia, em coordenação com o Grupo EDP. A Companhia fez doações para bancos de alimentos, equipamentos médicos e kits de teste rápido. A resposta da Companhia à crise global está alinhada com o seu compromisso de manter uma relação de proximidade com as comunidades locais, buscando conhecer e respeitar as suas necessidades, buscando contribuir para a melhoria das condições de vida da sociedade. A Companhia não teve gastos significativos em circunstâncias da pandemia para a construção do parque eólico. A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras.									
2. Base de preparação									
2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 10 de junho de 2022. 2.2 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.									
3. Moeda funcional e moeda de apresentação									
A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.									
4. Uso de estimativas e julgamentos									
Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatos, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os exercícios sociais, estão contempladas nas seguintes notas explicativas. Imobilizado: determinação do valor recuperável do imobilizado, com base nos estudos de viabilidade do projeto, (nota explicativa nº 12);									
5. Resumo das principais políticas contábeis									
As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia para os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo amortizado que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço. b) Imobilizado: terrenos, edificações e máquinas e equipamentos compreendem, principalmente, o parque eólico. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também poderá incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido da depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). As estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatos, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os exercícios sociais, estão contempladas nas seguintes notas explicativas. Imobilizado: determinação do valor recuperável do imobilizado, com base nos estudos de viabilidade do projeto, (nota explicativa nº 12);									
6. Novas normas e interpretações ainda não efetivas									
As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adiação antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC). Alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros", IFRS 4 "Contratos de Seguro e IFRS 16 "Arrrendamentos": as alterações previstas na Fase 2 da reforma IBOR abordam questões que podem afetar as demonstrações financeiras durante a reforma de uma taxa de juros de referência, incluindo os efeitos das mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição de uma taxa por uma taxa de referência alternativa (questões de substituição). A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022. Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliação se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022. Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios": emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022. 2022. Aprovarimentos anuais - ciclo 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022. IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros": esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros. IFRS 16 - "Arrrendamentos": alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. IFRS 1 - "Adaptação Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros": simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. IAS 41 - "Ativos Biológicos": remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo de IAS 41 com as de outras normas IFRS. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.									
7. Caixa e equivalentes de caixa									
Bancos conta movimento	31/12/2021	31/12/2020							
Total	506	259							
8. Impostos a compensar e a pagar	31/1								